**COMISSÃO DE DIREITO HUMANOS E MINORIAS**

**REQUERIMENTO N.º   , DE 2021**

(Dos Srs. Airton Faleiro e José Ricardo e das Sras. Joênia Wapichana e Rosa Neide)

Requer a realização de audiência pública conjunta com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, para tratar da denúncia feita pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI à Polícia Federal, contra lideranças indígenas; Sônia Guajajara, Almir Suruí, da Articulação dos Povos Indígenas – ABIP e da Associação Metereilá do povo Suruí, sob acusação de difamação do Governo Federal.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exa., ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública conjunta com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, para tratar da denúncia feita pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI à Polícia Federal, contra lideranças indígenas; Sônia Guajajara, Almir Suruí, da Articulação dos Povos Indígenas – ABIP e da Associação Metereilá do povo Suruí, sob acusação de difamação do Governo Federal.

Para a realização da reunião, solicitamos a participação das seguintes representações:

- Representação do Ministério da Justiça

- Fundação Nacional do Índio - FUNAI

- Representante da Polícia Federal

- Ministério Público Federal – 6° Câmara de Coordenação e Revisão - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

- Articulação dos Povos Indígenas – APIB

- Representante da Associação Metereilá do povo Surui

**JUSTIFICATIVA**

A audiência pública a qual solicitamos mostra-se imperativa no sentido do necessário diálogo e transparência com este Parlamento, representante do povo brasileiro, sobre a atuação do Governo Federal que vem buscando encontrar mecanismos para intimidar e, de certa forma, censurar as lideranças e representações que possuem e tecem críticas aos desmandos do Poder Executivo.

A intimação desta feita teria origem em denúncia feita pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que acusa os Líderes indígena Sônia Guajajara, Almir Suruí e a Articulação dos Povos Indígenas - Apib de difamar o Governo Federal com a websérie Maracá.

A websérie tão somente denuncia violações de direitos cometidas contra povos indígenas na pandemia, onde, como resultado desta política, mais de 50% dos povos foram diretamente atingidos, com mais 27 mil indígenas contaminados pelo vírus.

Neste sentido, reproduzimos aqui a nota da Apib em que manifesta posicionamento contra as ações orquestradas pelo Governo Federal e expressam nossos sentimentos em relação a essa perigosa situação:

*“O Governo Federal mais uma vez tenta criminalizar o movimento indígena, intimidar a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a nossa rede de organizações de base e uma das coordenadoras executivas da Apib, a liderança Sonia Guajajara, em um ato de perseguição política e racista.*

*Durante o mês da maior mobilização indígena do Brasil e na semana seguinte da reunião da ‘Cúpula do Clima’, a Polícia Federal intimou Sonia, no dia 26 de abril para depor em um inquérito provocado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O órgão cuja missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos do Brasil acusa a Apib de difamar o Governo Federal com a web-série “Maracá”, que denuncia violações de direitos cometidas contra os povos indígenas no contexto da pandemia da Covid-19. Denúncias essas que já foram reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) através da ADPF 709.*

*Os discursos carregados de racismo e ódio do Governo Federal estimulam violações contra nossas comunidades e paralisa as ações do Estado que deveriam promover assistência, proteção e garantias de direitos.  E agora, o Governo busca intimidar os povos indígenas em uma nítida tentativa de cercear nossa liberdade de expressão, que é a ferramenta mais importante para denunciar as violações de direitos humanos. Atualmente mais da metade dos povos indígenas foram diretamente atingidos pela Covid-19, com mais de 53 mil casos confirmados e 1059 mortos.*

*Não irão prender nossos corpos e jamais calarão nossas vozes. Seguiremos lutando pela defesa dos direitos fundamentais dos povos indígenas e pela vida!”*

Pelo exposto, apresentamos este Requerimento para criarmos espaço a fim de que o Ministério da Justiça, e às instituições sob sua responsabilidade, Funai, Polícia Federal, bem como o Ministério Público Federal e as entidades da sociedade civil denunciadas, nas figuras de seus representantes, compareçam à Câmara dos Deputados, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para explicar o desvio de sua função, constituindo num ato intimidatório, que caracteriza mais um ato autoritário do Governo Bolsonaro.

Sala das Comissões,     de maio de 2021.

**Deputado Airton Faleiro**

**PT/PA**